

**TRABALHO DO PROFESSOR E O CARÁTER
PRESCRITIVO DAS DICAS NA INTERNET**

*Charlene Cidrini Ferreira (CEFET/Uned NI)
charlenecidrini@ig.com.br*

A tecnologia tem evoluído tão rapidamente que a grande maioria das pessoas em algum momento, já esteve em contato com as tecnologias da informação. Para grande parte das profissões ela é imprescindível e está tornando-se uma ferramenta de trabalho cotidiano, ou seja, a incorporação da tecnologia da Internet passou a fazer parte da rotina social. Com muitos professores não acontece diferente, pois a utilização da rede já vem fazendo parte do seu dia a dia.

O final do século XX ficou marcado pela aceleração do processo da globalização, derrubando fronteiras, nos vários campos do universo de conhecimento cultural, social e histórico (Galli, 2005, p. 121). A era da comunicação *online* está vinculada a uma nova revolução, que é centrada no controle da informação, do conhecimento e das redes de comunicação.

Juntamente com a chegada das novas tecnologias, observamos a proliferação de *sites* que oferecem de maneira “imediata” e prática o segredo do sucesso no meio profissional. Isso se deve ao fato de que os indivíduos inseridos na sociedade contemporânea buscam cada vez mais orientações para o seu trabalho e, no caso do professor, orientações para sua prática docente. Como já pudemos observar, o uso do computador é um grande meio de circulação de informação da atualidade, fazendo parte também da vida de muitos professores.

Assim, para situar melhor a temática desta apresentação, será necessário levar em conta o cenário da pós-modernidade, pois é nesse período que a Internet ganhou seu espaço.

Devido ao alto desenvolvimento tecnológico das Ciências, nos anos setenta, a pós-modernidade ganhou sua força. A nova perspectiva filosófico-econômico-cultural imprimiu um ritmo, totalmente diferente de ser, de viver e de lidar com os signos, linguagens e

ENSINO DE LITERATURA

informações em todos os ambientes de convivência dos indivíduos envolvidos na atmosfera da Pós-Modernidade (Xavier, 2002).

A sociedade Pós-moderna se caracteriza pela multiplicidade dos centros de poder, em que ocorre a conversão da hierarquia em heterarquia das formas culturais e a desconstrução das explicações universalizadoras. A aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico talvez sejam os elementos mais assustadores do pensamento pós-moderno. As novas tecnologias de comunicação são também responsáveis para o crescimento deste pensamento:

Os compromissos expressos dos pós-modernos são com a fusão, mescla, abertura irrestrita, indeterminação, processos (e não produtos), multiplicidade de vozes e de dizeres, ausência de unidade, fragmentação, multifocalidade, mobilidade, maleabilidade, alteridade, eventualidade, assistemática, instabilidades das relações e dos conceitos etc. (Xavier, 2002, p.35)

A sociedade pós-moderna é marcada por um mal-estar, pois entra em confronto com a certeza e a ordem prometida na Modernidade, em que o sujeito era individual, livre, racional e autônomo pelo triunfo da razão. Como diz Chagas (2002), as exigências do mundo rápido e fragmentado em que se vive hoje são intensas. Vivemos num mundo transitório, veloz e globalizado, com um cenário de contradições, conflitos, individualização, competição e paradoxos. Assim, diante desse cenário assustador, os indivíduos buscam novos estilos de vida, novas estratégias para utilizar, na tentativa de superar as vulnerabilidades, as insuficiências humanas, as incertezas e a insegurança.

Nesse sentido, o indivíduo pós-moderno precisa de orientação para agir na vida, necessita de uma diretriz adequada para superar o mal-estar em que está vivendo. Segundo Bauman (1998), é isso que faz com as pessoas cada vez mais busquem os “mestres da experiência” para que possam adquirir segurança. Os usuários passam a adquirir mais saber ou, pelo menos, a possuir mais informação de maneira muito fugaz.

Na sociedade contemporânea, o indivíduo busca intensificar suas habilidades e poderes e as tecnologias digitais de comunicação têm oferecido a muitos um espaço de aperfeiçoamento, além de interação e aprendizagem.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dessa maneira, os professores da atualidade são também esses indivíduos inseridos na Pós-Modernidade que rompeu com os paradigmas da verdade, certeza e segurança da Modernidade. Com isso, eles também buscam orientações para sua prática docente. E é nesse contexto que se insere nossa pesquisa: a existência de professores que acreditam que buscar dicas na Internet poderia melhorar sua prática docente.

As dicas, uma vez em circulação, estabelecem sentidos que vão construir uma imagem do que é o trabalho do professor, na medida em que indica o que este profissional deve ou não fazer. Assim, elas influenciam opiniões e inclusive atitudes, já que se centram numa determinada competência, a do saber-fazer, e esse saber desencadeia uma ação.

Dentre os *sites* voltados para o professor existentes na rede, importará para este trabalho o *site Profissão Mestre*, que como ele mesmo se apresenta, “é especialmente voltado para os profissionais de Educação”. É importante esclarecer que o *site* escolhido não é oficial, isto é, não é assinado por órgãos responsáveis pelas leis que regem o trabalho do professor. Ele é produzido por uma equipe da *Humana Editorial*, coordenada pelo editor responsável, que é sócio e fundador da editora.

O QUE É TRABALHO? UMA PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS DO TRABALHO

Este trabalho insere-se no conjunto de pesquisas que estão voltadas para o estudo das práticas de linguagem em situação de trabalho¹³. Uma vez que as dicas pretendem a indicar o que o professor deve ou não fazer em situação de trabalho, acreditamos que elas par-

¹³ Fazemos referência aos GRPesq/CNPq Atelier e Práticas de linguagem e subjetividade. O primeiro, pioneiro em pesquisas nessa área, é coordenado pela professora Maria Cecília P. de Souza-e-Silva (PUC-SP); o segundo, é coordenado pelo professor Décio Rocha (UERJ). Esses grupos estão compostos por pesquisadores docentes e discentes dos programas de pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL, da PUC-SP e do programa de pós-graduação em Letras (Linguística) da UERJ. O enfoque das pesquisas desses grupos está voltado para a relação entre linguagem e trabalho, a partir de um diálogo entre estudos da ergonomia da atividade, da ergologia, e dos estudos discursivos.

ENSINO DE LITERATURA

ticipam da construção de imagens discursivas do que seria o trabalho desse profissional. Por essa razão, buscamos observar contribuições que ciências do trabalho podem oferecer à análise linguística das dicas.

Para essa discussão, nos baseamos principalmente nos estudos do trabalho desenvolvidos por Schwartz (1997) e Daniellou (2002), em que estabelecemos um diálogo entre as disciplinas: *ergonomia da atividade, ergologia e estudos discursivos*. É a partir do enfoque desse diálogo que apresentamos nossa concepção de *trabalho*.

Faz-se necessário expor, brevemente, a história da constituição das duas principais correntes da ergonomia e as premissas da ergologia, a fim de melhor situar nossa pesquisa. A ergonomia foi definida em seus inícios como uma forma de utilização das ciências com o objetivo de melhorar as condições do trabalho humano. Na década de 50, a partir da ação conjunta entre as áreas da filologia, da antropometria e da psicologia científica de orientação behaviorista, foi criada a Sociedade de Pesquisas Ergonômica, na Inglaterra. Essa conjunção de disciplinas se deu no contexto da Segunda Guerra Mundial, a fim de realizar um estudo com o objetivo de diminuir os esforços dos homens em torno da guerra. Assim, surgiu oficialmente a ergonomia, “sob a forma de disciplina aplicada com o propósito de adaptar a máquina ao homem. A fim de abordar o problema do cansaço industrial, volta-se à consideração de fatores humanos na concepção de equipamentos” (França, 2002, p. 64).

Na França, simultaneamente a essa vertente, alguns psicólogos e médicos do trabalho desenvolviam uma abordagem do trabalho baseada na observação situada. Essa abordagem caracterizou a segunda vertente da ergonomia: a ergonomia situada ou ergonomia da atividade. Essa ergonomia instituiu a análise das atividades de trabalho como fonte e método de construção de saberes sobre o trabalho. Isso é claramente explicado no trecho a seguir.

A segunda vertente da ergonomia desenvolveu a chamada análise ergonômica do trabalho, metodologia de observação situada em que as verbalizações dos trabalhadores, provocadas ou espontâneas, se tornaram significativas fontes de construção de saber sobre o trabalho. Ainda seria preciso, contudo, um trabalho no tempo para que as verbalizações assim fossem consideradas. (França, 2002, p.65)

O objetivo da ergonomia situada é, portanto, analisar a atividade de trabalho a partir da natureza e circulação das prescrições e os

recursos mobilizados pelo trabalhador e pelo coletivo de trabalho como resposta a essas prescrições. A fim de responder a uma demanda, que requer uma análise e sua reelaboração por parte do ergonomista, e à construção de um diagnóstico sobre a adequação do ser humano à atividade, a ergonomia situada mostrou a partir da observação do trabalhador em situação de trabalho que a rigorosa prescrição das atividades evidenciava um sujeito-trabalhador executor. Dessa maneira, as atividades ocupariam o lugar do mecânico e do repetitivo. A partir disso, os ergonomistas constataram que existia uma distância entre o que era prescrito e o que era efetivamente realizado, ao centrarem sua atenção nas situações reais de trabalho. Eles observaram que o trabalho efetuado não corresponde jamais ao trabalho esperado, fixado por regras, orientado por objetivos determinados, segundo representações das condições de realização.

Como explicam Telles e Alvarez (2004), no momento de realização da tarefa, a pessoa se encontra diante de diversas fontes de variabilidades: a do sistema técnico e organizacional (panes, disfuncionamentos, dificuldades de previsão), a sua própria variabilidade e a dos outros (fadiga, ritmicidade circadiana, efeitos da idade, experiência), e a do coletivo de trabalho. Assim, na abordagem situada, encontramos de um lado, o trabalho prescrito e do outro, o trabalho real. O conceito de trabalho prescrito para esta disciplina é um conjunto de exigências a partir das quais o trabalho deverá ser realizado. Portanto, temos o trabalho prescrito dividido em (1) condições determinadas de uma situação de trabalho, como por exemplo, o ambiente físico, matéria-prima utilizada, condições socioeconômicas etc. (2) prescrições (normas, ordens, procedimentos, resultados a serem obtidos etc.) (Telles; Alvarez, 2004). Já com relação ao trabalho real, ele corresponde ao “que o trabalhador efetivamente faz para dar conta de sua tarefa, a partir de condições reais e com resultados efetivos” (Freitas, 2004, p. 29).

Por volta do final dos anos 70 e início dos anos 80, o filósofo francês Yves Schwartz (1997), refletindo sobre tarefa e atividade, trabalho prescrito e trabalho real, observou que na medida em que as sequências de operações a serem executadas no trabalho eram concebidas sem que nenhuma outra forma de racionalização parecesse possível, as várias modalidades de recomposição, sequencial, espacial, temporal, revelavam-se. Por esta razão, diante da dificuldade

ENSINO DE LITERATURA

de estudar as formas de manifestação da atividade, Schwartz desenvolveu a noção da Ergologia.

A ergologia propõe-se a ampliar certos campos de estudo que a ergonomia da atividade tinha estabelecido; interessam-nos particularmente nesta pesquisa suas discussões sobre a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, em que a atividade não é mais vista como uma pura execução. Assim, a ergologia compreende a atividade humana como pertencente a um “campo de um debate de normas heterodeterminadas que antecedem seu colocar em andamento e as experiências recriadoras dos sujeitos, as renormatizações que se processam em cada gesto e em cada situação” (França, 2002, p. 39).

Tendo em vista esse encaminhamento, a ergologia vai propor reflexões sobre conceitos já estabelecidos pela ergonomia da atividade. Um deles diz respeito ao chamado “trabalho prescrito” que passa a ser compreendido como constituído por um conjunto de normas antecedentes. Esse conjunto, que corresponderia ao registro 1 (R1), abarca as prescrições em sentido mais amplo, pois remete ao que é dado, exigido, apresentado ao trabalhador, antes do trabalho ser realizado, incorporando outros elementos que podem atuar como norma¹⁴ na nossa conduta.

Além dessa dimensão ligada, sobretudo, à imposição, devemos levar em conta também que as normas antecedentes consistem em construções históricas que incluem saberes científicos e técnicos, conceitos, aquisições da inteligência, experiências coletivas, redes de poder e de autoridade, valores do bem comum¹⁵ (Schwartz, 2002; Alvarez, Telles, 2004). A esse caráter histórico correspondem, ainda, estratégias, escolhas, que se referem a cada situação analisada em determinado momento. Percebe-se, portanto, que a concepção de norma é inerente à toda sociedade humana, embora suas fontes possam ser enigmáticas, os modos de injunção muito variados, mais ou me-

¹⁴ A norma não se origina necessariamente de uma hierarquia institucional, pode ter sua formação em hierarquias sócio-históricas.

¹⁵ Esses valores são redimensionados nas organizações, nos ambientes de trabalho e na sua relação com o meio externo. São criados valores sobre os quais debatemos, em nome dos quais deliberamos, legislamos, lidando com a correlação das forças em jogo. Os valores do bem comum são dotados de normas que possam atender aos anseios das pessoas que vivem em sociedade. (Telles & Alvarez, 2004).

nos inconscientes, mais ou menos dissimulados ou explícitos. E o trabalho, parte da vida social, não pode deixar de ser atravessado pelas normas em todos os sentidos.

Durante a atividade, o trabalhador, a partir de suas experiências, valores e contatos com o coletivo, institui a sua maneira de realizar o que foi prescrito. As normas antecedentes são, então, renormalizadas – o chamado registro 2 (R2) – a partir do *uso de si* que faz o trabalhador ao singularizar a sua atividade. Esse processo de renormalização pode ser compreendido como um processo de múltiplos ajustamentos humanos que se esforçam para tornar visível o invisível, resingularizando os modos produtivos, os ritmos, as histórias do meio, a qualidade dos objetos. É nesse processo que se estabelece a concepção de trabalho como debate de normas: a confrontação entre normas é característica da divisão entre tarefas impostas e solidariedades laborais ambivalentes, mas necessárias (Schwartz, 1997).

Há todo um conjunto de normas *ascendentes*, que se originam de diferentes lugares relacionados à atividade, podem vir da matéria, do vivido, do psiquismo e dos coletivos. Há situações em que a prescrição é estabelecida pela “máquina”. Por exemplo, se está prescrito que se devem fazer 10 peças em cinco minutos, mas o avanço automático do tapete mecânico só permite fazer 8, estamos diante de um caso em que a prescrição nem sempre está no material distribuído, na regra que foi dada, mas na forma como o equipamento define o ritmo do trabalho a ser executado. Enfim, a prescrição pode se materializar, pode ser diretamente incorporada na concepção dos meios de trabalho.

Com relação à matéria, esta pode determinar as “leis” da execução do trabalho. Por exemplo, o cimento que não seca, a cola que não cola etc., se opõem à prescrição hierárquica que demanda acabar rápido. Enfim, essas situações viram prescrições impostas pelo próprio meio de trabalho. E no caso de situações que envolvem pessoas, a prescrição vem também do cliente, do paciente, do aluno...

Além disso, Daniellou ressalta que o trabalhador é portador de suas próprias fontes internas de prescrição: em primeiro lugar, seus valores, e, em segundo, o componente biológico. Os valores internos do trabalhador lhe prescrevem ou lhe interdita certa forma de interação ou de procedimento. Isso se relaciona ao debate de valo-

ENSINO DE LITERATURA

res que Schwartz nos apresenta, quando trata da atividade de trabalho e do uso de si, conforme já mencionamos. Da mesma maneira, o elemento biológico pode impor suas leis ao trabalhador, isto é, as pessoas não costumam ter a mesma capacidade de atenção às três horas da manhã como têm na manhã, após uma noite de sono. Por isso, as leis do corpo podem entrar em conflito com as prescrições oficiais.

Outro componente fundamental das normas ascendentes é o coletivo de trabalho porque define formas de atuação para um determinado grupo. Essas regras podem ser claras ou implícitas, que permitem que um colega peça ajuda para deslocar um paciente, um companheiro que não tem tempo de terminar uma peça e pede para alguém fazê-lo etc.

A partir dessa breve apresentação do problema da prescrição como campo de estudo, podemos considerar que tratar de prescrições descendentes e ascendentes tem a vantagem de mostrar a diversidade das injunções, das pressões exercidas sobre a atividade de todo trabalhador. Inclusive, podem existir outras que não foram tratadas aqui. Dessa maneira, trabalhar não é somente respeitar ou não respeitar a prescrição emanada de sua hierarquia. Trabalhar é colocar em debate uma diversidade de fontes de prescrição, estabelecer as prioridades, trilhar entre elas, e talvez não poder satisfazê-las todo tempo.

A situação de todo trabalho é sempre atravessada por essa diversidade de fontes de prescrições, inclusive a do trabalhador professor. Não é nosso propósito aprofundar como esses tipos de fontes de prescrições afetam o trabalho do professor, apenas expusemos, de forma ampla, a sua forma de existência e ressaltamos que tratar de prescrição requer muito mais que documentos da hierarquia. No entanto, buscaremos, a partir dessas considerações, observar de que modo dicas de um *site* da Internet podem representar uma outra fonte de prescrição. É isso que buscamos fazer a seguir.

AS DICAS COMO PRESCRIÇÃO

O apresentado no item anterior demonstrou que não podemos nos limitar à noção da prescrição como uma injunção a fazer emitida por uma autoridade. Tal enfoque permite pensar a existência de prescrições múltiplas, pressões diversas, exercidas sobre a atividade do trabalhador, de natureza a modificar a sua orientação. Portanto, a hierarquia não é a única fonte de prescrição, e esta não é sempre um enunciado explícito e intencional. Ou seja, não se pode pensar a prescrição como se somente viesse da hierarquia sob as formas de procedimentos, escritos, que enquadram o trabalho, já que um conjunto de regras se origina no e do meio de trabalho (Daniellou 2002).

Para tratar a dica como uma possível prescrição, partimos, então, da compreensão de que às pressões descendentes, ascendentes e de conceitos recebidas pelo trabalhador, podem ser acrescentadas prescrições trazidas como complemento para sua atividade, desde outros lugares que não aqueles tradicionalmente conectados à situação de trabalho. Isto é, regras que não vêm de uma autoridade ou do meio, mas se insurgem como uma injunção a fazer por variados motivos: ou porque o trabalhador acha que não teve formação suficiente, ou porque o meio de trabalho não lhe é suficiente, ou porque o coletivo não se constituiu de forma consistente, entre outras possibilidades. Quando isso acontece, o trabalhador sente necessidade de buscar por si mesmo prescrições complementares para o seu trabalho. Esse é o caso das dicas oferecidas na Internet em *sites* voltados para o professor.

O propósito de orientar professores sobre o que fazer ou não em situação de trabalho não tem como origem uma fonte oficial, ou seja, as dicas não vêm de uma estrutura organizacional do trabalho do professor. Ao contrário, sua existência pode ser atribuída a lacunas seja na formação, seja na situação de trabalho docente, passando a ocupar então, um discurso “quase” oficial, porque a dica não é uma injunção a fazer emitida por uma hierarquia responsável pelo trabalho, mas passa a ser uma injunção que adquire caráter de “autoridade” a partir do momento em que um professor se coloca na posição de alguém que busca receber ordens. As dicas parecem ter outro papel a cumprir no jogo das prescrições: são uma injunção da ordem dos discursos hierárquicos porque a elas se atribui autoridade discurs-

ENSINO DE LITERATURA

siva. Sua origem não é descendente na forma clássica, porém se assemelha a ela a partir da relação que a enunciação estabelece entre os interlocutores. Dessa maneira, as dicas entram no campo das prescrições descendentes não porque emanam da hierarquia, mas porque alguém ao orientar-se por elas, atribui-lhes, ao mesmo tempo, esse caráter: o sentido se constitui sócio-historicamente.

Diante de tal constatação, podemos considerar que o campo das prescrições formais, descendentes ou ascendentes, não é suficiente para caracterizar o trabalho do professor. Existem regras que, apesar de não serem formais, também constroem imagens de seu trabalho, pois funcionam como prescrição autorizada e validada. É para esse aspecto que direcionamos nossas reflexões, o que nos leva a indagar: o que leva o professor a sair de sua situação clássica de atividade para buscar essas prescrições (dicas) não-oficiais na Internet como complemento para seu trabalho? Talvez, responder essa pergunta por completo seja impossível, mas desejamos, ao menos, relacionar essa necessidade à sociedade pós-moderna em que vivemos.

Estudos sobre este momento apontam a existência de um sujeito como aquele que não sabe muito o que fazer com tanta informação (Xavier, 2002), o que acaba por se refletir na sua atividade. O sujeito, então, tenta buscar saídas, soluções fora da situação de trabalho, deslocando-se para outros espaços, em busca de outras fontes de prescrição, justamente porque, de alguma forma, considera que aquilo que ele já faz ou lhe dizem a fazer não é suficiente.

As prescrições expostas nas dicas não possuem um peso de obrigatoriedade de execução, uma vez que não vêm de uma hierarquia ou do coletivo ou do biológico, mas no momento que um professor decide seguir suas orientações, estas adquirem um caráter de norma. Em outras palavras, a existência de um único professor que se orienta por essas dicas garante que elas ocupem o lugar discursivo de constituição de normas a serem seguidas. Podemos compreender que a decisão de buscar, e mesmo selecionar, quais dicas seguir, é determinada pelos valores internos do trabalhador. Ou seja, é o trabalhador, de acordo com o que acredita, de acordo com seus próprios valores, que, colocando em debate as normas que lhe são oferecidas, as confronta e, diante de uma multiplicidade de fontes de prescrição, prioriza umas e renuncia a outras.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A concepção de trabalho como debate de normas nos levou a incorporar as dicas ao campo das normas antecedentes, já que este conceito inclui a prescrição que não vem exclusivamente de uma hierarquia institucional (descendente ou ascendente), mas também de uma hierarquia instituída pelos sentidos construídos sócio-historicamente. Desse modo, perceber que as dicas objetivam sugerir ao professor o que deve ou não fazer em situação de sala de aula, permitiu apresentá-las como tendo uma mesma natureza das prescrições. No entanto, é importante ressaltar que não podem ser tratadas como se fossem uma prescrição, tal como esse conceito foi definido pela ergonomia. Essas sugestões oferecidas nos *sites* participam dos valores do bem-comum criados na sociedade sobre a situação de trabalho do professor, entendida como a sala de aula, e sobre as possíveis relações com o seu entorno.

Portanto, se entendemos as dicas como construções históricas, responsáveis por apresentar saberes-fazer historicamente valorizados e compartilhados por uma coletividade¹⁶, podemos compreender a relação de poder e de autoridade que, por meio da força de verdade que vem sendo atribuída à Internet, exercem sobre o trabalhador-professor. As dicas apesar de não serem impostas por documentos oficiais da educação, por uma estrutura organizacional, por um coletivo específico de trabalho, adquirem caráter pedagógico o que lhes confere o atributo de que devem ser seguidas.

Comprova-se, então, que as reflexões a respeito do trabalho, oriundas da ergonomia da atividade e da ergologia, podem contribuir para análises discursivas que tratem da relação entre linguagem e trabalho, aqui focalizada no sentido de prescrição que adquirem as dicas. Estabelecer esse diálogo, ou seja, recorrer a noções de outras disciplinas, particularmente aqui, das ciências do trabalho, tem sido fundamental para a compreensão mais profunda do que é, enfim, *trabalho* para os estudos da linguagem.

¹⁶ De acordo com o editor responsável do *site*, as dicas são produzidas por profissionais de diferentes áreas não se limitando a professores. Consultores, marqueteiros, publicitários, psicólogos, profissionais de Recursos Humanos etc. assinam a autoria das dicas, o que vem corroborar que elas são saberes compartilhados na sociedade.

ENSINO DE LITERATURA

CONCLUSÕES

A noção de normas antecedentes, tal como a propõe Schwartz, foi produtiva para esta pesquisa, uma vez que nos possibilitou pensar nas dicas como participantes da atividade do professor. Esta noção inclui as prescrições que não vêm de uma hierarquia institucional, mas de uma hierarquia sócio-histórica. No caso de nossas dicas, elas são oferecidas por um site não-oficial, mas no momento em que alguém decide orientar-se por elas, estas adquirem caráter de prescrição. A existência de professores que sentem necessidade de buscar orientações “não-oficiais” para complementar sua prática docente indicam lacunas na formação, ou até mesmo causadas pelas instituições oficiais que organizam o sistema de ensino. É certo que o avanço das tecnologias na sociedade pós-moderna, considerada a era da informação, cada vez mais tem participado da proliferação de saberes interessados em suprir essa necessidade.

O percurso realizado nesta pesquisa nos autorizou pensar no sentido das dicas como prescrição, reforçando sua contribuição para os estudos do trabalho, visto que nem sempre o momento em que um profissional está diante de um computador buscando orientações para sua prática é considerado parte do seu trabalho.

Queremos terminar este estudo enfatizando que a postura do professor diante da grande oferta de dicas que lhe são oferecidas está diretamente relacionada com a ética. O professor precisa apresentar capacidade de avaliação ética dos processos envolvidos em sua prática educacional – e já vimos que as dicas de certa maneira podem fazer parte dela – de modo que possa agir eticamente, articulando “as suas determinações pessoais às exigências decorrentes da dignidade dos sujeitos educandos e dos direitos universais legítimos da própria sociedade” (Severino, 2003, p. 83). E para que o professor consiga articular sua sensibilidade ética ao seu trabalho, de acordo com as exigências próprias de sua sociedade, é preciso que reflita sobre o próprio sentido da existência humana, sobre sua historicidade, sobre o valor da pessoa humana e sobre o que lhe é prescrito¹⁷ para sua atividade. Diferentemente do que costumam dizer, o professor é muito mais do que um simples executor ou um profissional de média im-

¹⁷ No caso deste trabalho, privilegiamos o que é prescrito pelas dicas na Internet.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

portância. Ele é um sujeito transformador, sujeito da procura, da decisão, da ruptura, da opção e, sobretudo, um sujeito ético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CHAGAS, Arnaldo. *O sujeito imaginário no discurso da auto-ajuda*. Ijuí: Unijuí, 2002.

DANIELLOU, François. *Le travail des prescriptions*. Conference Inaugurale, 2002.

FRANÇA, Maristela Botelho. *Uma comunidade dialógica de pesquisa – Atividade e movimentação discursiva nas situações de trabalho de recepcionistas de guichê hospitalar*. Tese de Doutorado, PUC-SP, São Paulo, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Luciana Maria Almeida. *Espanhol para o turismo: o trabalho dos agentes de viagens*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2003.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Linguagem da Internet: um meio de comunicação global. In: Marcuschi, L. A., Xavier, A. C. (orgs). *Hipertexto e gêneros digitais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 120-134.

MARCUSCHI, L. A., XAVIER, A. C. (orgs). *Hipertexto e gêneros digitais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

SANT'ANNA, Vera Lucia de A. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul*. Heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade. São Paulo: EDUC, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2003.

ENSINO DE LITERATURA

SCHWARTZ (org.). *Reconnaisances du travail*. Pour une approche ergologique. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez. A dimensão linguageira em situações de trabalho. **In:** Souza-e-Silva & Faïta. *Linguagem e trabalho*: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.

TELLES, Ana Luiza & ALVAREZ, Denise. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. **In:** FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J.; ALVAREZ, D. (orgs.). *Labirintos do trabalho*: interrogações e olhares sobre o trabalho. Rio de Janeiro: DPA, 2004, p. 63-90.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. *O hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2002.